



*ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
MARINHA GRANDE*

**Acta da Reunião**



**Data: 28-12-2017**

**Nº: 2**

**Destinatário:**

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARINHA GRANDE

Handwritten signature and initials in blue ink.

ACTA NÚMERO DOIS

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Marinha Grande na sede da Junta de Freguesia de Marinha Grande com seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 – Discussão e votação dos Documentos Previsionais para o ano 2018: Opções Plano: Proposta ----do Orçamento e PPI- Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades.-----
- 2 – Autorização Genérica da Assembleia de Freguesia para dispensa de autorização prévia da -- ----assunção de compromissos plurianuais -----
- 3 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal-----
- 4 – Apreciação do Relatório de Atividades da Junta de Freguesia no 4º Trimestre de 2017-----
- 5 – Informação da situação financeira-----

O Presidente da Assembleia Esmeraldo Pedreiro (MPM) deu início aos trabalhos começando por cumprimentar todos os presentes incluindo os fregueses e a comunicação social.-----  
Estiveram ausentes com falta justificada na (CDU) Carlos Oliveira Vicente, tendo sido substituído por Victor da Conceição Bernardino, no (PS) Amândio Fernandes tendo sido substituído por Helena Rodrigues.-----

De seguida o Presidente da Assembleia deu conhecimento dos tópicos principais do Regimento quanto ao seu funcionamento.-----

No período antes da ordem do dia e no espaço reservado ao público, foi dada palavra ao freguês Nuno Gonçalo que questiona a Junta de Freguesia sobre as obras a decorrer no Jardim Luís de Camões, relativamente à possibilidade de existência de vestígios arqueológicos, tendo sido informado pela Senhora Presidente da Junta de que as referidas obras não são da competência desta mas sim da Câmara Municipal.-----

Aires Rodrigues (+C) tomou a palavra questionando quem é a entidade responsável pela limpeza do espaço exterior do Centro de Saúde, bem como qual o ponto de situação das obras do novo edifício da Junta. A Presidente da Junta informou que a responsabilidade da limpeza pertence ao ACES mas que é efetuada por nós sempre que solicitado. Quanto às obras de requalificação do edifício da Junta, informou que o concurso efetuado ficou deserto, estando a decorrer alterações ao projeto por parte do arquiteto para lançamento de novo concurso.-----

Sesinando Araújo (BE) apresentou uma proposta para votação relacionada com a tragédia que se abateu sobre o nosso Pinhal do Rei, que se encontra anexa a esta ata, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Telmo Rodrigues (CDU) apresentou uma moção (Defender o SAP 24 horas/Defender a Saúde Pública), dirigida à Câmara Municipal da Marinha Grande que se encontra anexa a esta ata., tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Anabela Feliciano (AD-PPD/PSD-MPT) apresentou uma proposta relativa ao Pinhal do Rei que se encontra anexa a esta ata onde apela à não venda da madeira queimada suportando o Estado todo o prejuízo inerente.-----

07  
Wesley  
TH

Colocada a proposta à discussão, o deputado Vasco Silva (CDU) alertou a Assembleia quanto às contrariedades existentes na proposta, nomeadamente no que se refere a fatores fitossanitários relacionados com a não remoção da madeira ardida, que poderão colocar em causa as manchas ainda existentes. Informou ainda que o ICNF não possui sementes em quantidade suficiente para toda a reflorestação. Deu ainda nota que a madeira de reduzido diâmetro é aproveitada para criar barreiras de proteção do solo e para ser transformada em estilha.-----

A deputada Anabela Feliciano (AD-PPD/PSD-MPT) interveio na defesa da sua proposta, alegando que o principal objetivo é a não fruição de benefício por parte dos possíveis adquirentes que procuram aproveitar-se deste tipo de situações.-----

O deputado Telmo Rodrigues (CDU) sensibilizou a Assembleia afirmando “O Estado somos todos nós, pelo que alguém vai ter de pagar, nem que seja através dos nossos impostos”.-----

O deputado Aires Rodrigues (+C) opinou que “o produto da venda da madeira da mata deve ser obrigatoriamente investido na reflorestação e prevenção da Mata”.-----

O deputado José Jorge (CDU) interveio dando nota de que, independentemente do resultado final da votação da proposta apresentada deste órgão, a decisão da venda, ou não, da madeira nunca terá em consideração a decisão que a Assembleia de Freguesia vier a tomar.-----

Não existindo mais intervenções relativas à proposta em discussão, o Presidente da mesa colocou a mesma à votação, tendo obtido dezassete votos contra, uma abstenção e um voto a favor.-----

José Jorge (CDU) manifestou o seu desagrado relativamente à imagem da entrada sul da Marinha Grande, mais precisamente junto à Rotunda do Vidraceiro, face à vedação ali existente há vários anos na sequência de obras que ali deveriam ter sido realizadas. A Presidente da Junta subscreve o desagrado apresentado informando que vai pedir esclarecimentos à Câmara para posteriormente informar a Assembleia.-----

Vasco Silva (CDU) apresentou uma moção relacionada com os incêndios no Pinha do Rei que se encontra anexa a esta ata, tendo sido aprovada por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção.-----

De seguida o Presidente da mesa colocou à votação a ata de instalação e a ata número um da sessão extraordinária desta Assembleia realizadas em vinte e três de Outubro de dois mil e dezassete, as quais foram aprovadas por unanimidade.-----

O Presidente da Assembleia Esmeraldo Pedreiro (MPM) deu início aos trabalhos de acordo com a ordem estabelecida na convocatória da referida reunião, designadamente:-----

**1 – Discussão e votação dos Documentos Previsionais para o ano 2018: Opções Plano: Proposta do Orçamento e PPI- Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades.-----**

Na abertura deste ponto o Presidente da mesa informou a Assembleia de que ao analisar os documentos enviados, identificou uma diferença de quatro mil e quinhentos euros entre a receita e a despesa. De imediato informou a Presidente da Junta, tendo ela reconhecido a diferença e verificado que não passou de um lapso na introdução de dados na rubrica 02 02 19 – Assistência Técnica, cujo valor é bem dezassete mil euros e não doze mil e quinhentos euros como indicado nos documentos enviados. Como esta alteração foi apresentada à Assembleia

fora do prazo estabelecido no Regimento, o Presidente da Assembleia solicitou a concordância da mesma para que esta alteração fosse aceite na análise dos documentos em causa, não existindo oposição de nenhum membro da Assembleia.-----

Aberta a discussão tomou a palavra o deputado Marco Sousa (PS) questionando que não identificava no orçamento a verba transferida pela Câmara Municipal, nem como a mesma era aplicada, tendo sido informado que esta questão será visível na apresentação de contas referentes a 2017.-----

Para uma maior perceção por parte dos membros da Assembleia dos documentos em causa, o deputado Telmo Rodrigues (CDU) solicitou uma explanação da proposta de orçamento sendo esta efetuada pela Tesoureira da Junta com a colaboração pormenorizada da Presidente.-----

Sesinando Araújo (BE) manifestou a satisfação por algumas das sugestões apresentadas pelo (BE) terem sido contempladas no Plano de Atividades. Questionou sobre a possibilidade de serem efetuadas reuniões nas coletividades para informação aos fregueses sobre segurança. Alertou para a ausência de passeios e iluminação na Rua dos Oleiros.-----

Carlos Gomes (MPM) congratulou-se com o facto de algumas das sugestões do MPM para o Plano de Atividades terem sido consideradas. Solicitou esclarecimentos quanto a algumas rubricas do orçamento face aos valores em causa, nomeadamente:-----

Outras Transferências PEPAL 2015-7.600,00€. Uma receita de 2015, Porquê?-----

Seminário Exposições e Similares – 15.000,00€. Que tipo de eventos já estão previstos?-----

Publicidade – 10.000,00€. Quais os meios utilizados e para que objetivo?-----

Assistência Técnica – 17.000,00€. Que tipo de assistência técnica?-----

Instituições sem fins lucrativos-Associações, Clubes e Outras Entidades – 40.000,00€. Sem querer de modo algum colocar em causa o quanto é extremamente importante o apoio dado a estas instituições, existe algum meio de critério instituído, pelo qual se rege a decisão na atribuição destes apoios?-----

Viadutos arruamentos e obras complementares 40.030,00€ - São referentes ao que é apresentado no anexo I das Opções do Plano?-----

Instituições sem fins lucrativos- 5.000,00€. Porque se trata duma despesa de investimento que instituições estão contempladas e para que fins se destinam as verbas?-----

Em resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia, a Presidente da Junta informou que esta não tem à sua responsabilidade nenhuma rua da freguesia, tudo depende dos acordos de execução que são negociados com a Câmara Municipal, sendo esta a responsável pelo fornecimento da massa asfáltica que, por sua vez, é aplicada pela Junta de acordo com os protocolos estabelecidos, sem esta matéria-prima não é possível executar os trabalhos que estão planeados.-----

PEPAL – Continuamos a aguardar o recebimento desta verba de 2015.-----

Associações- Não existe regulamento. Conhecemos bem as Associações. Temos necessidade de criar um regulamento, vamos trabalhar para isso através de pesquisa noutras freguesias.--

Despesa de investimento- Ex: Substituições de telhados das Associações-----

Arruamentos – Todos os trabalhos exteriores, não são os do anexo I-----

Publicidade- Anúncios nos jornais de todas as atividades da Junta.-----

Aires Rodrigues (+C) tomou a palavra, concordando com a Presidente da Junta no que se refere ao incumprimento dos acordos estabelecidos por parte da Câmara Municipal, não se podendo fazer milagres com a falta de apoio evidente. Apelou para que a Junta seja mais exigente e assertiva na negociação desses acordos.-----

Anabela Feliciano (AD-PPD/PSD-MPT) interveio no sentido de a Junta e a Câmara, em conjunto, sensibilizarem a população para a regularização dos canídeos.-----

Não havendo mais intervenções o Presidente da mesa Esmeraldo Pedreiro (MPM) colocou os Documentos Previsionais para o ano 2018 (Opções Plano: Proposta do Orçamento e PPI- Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades) à votação, sendo os mesmos aprovados por maioria, com cinco abstenções da bancada do (PS) com declaração de voto anexa a esta ata. A minuta de deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**2 – Autorização Genérica da Assembleia de Freguesia para dispensa de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais**-----

Sobre este ponto a Presidente da Junta Isabel Freitas (CDU) informou detalhadamente a Assembleia quais os compromissos plurianuais em causa.-----

Colocado o ponto à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade assim como a respectiva minuta de deliberação.-----

**3 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal**-----

Telmo Rodrigues (CDU) questionou a Presidente de Junta se esta tem falta de pessoal ao que a mesma respondeu que não. Tem conhecimento que as restantes Juntas do concelho têm ao seu serviço pessoal da Câmara, a senhora Presidente respondeu que a Junta tem ao seu serviço dois funcionários do Município há mais de vinte anos. Foi informada pela senhora Presidente da Câmara de que esta tem poucos funcionários para o exterior.-----

Colocado o ponto à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade assim como a respectiva minuta de deliberação.-----

**4 – Apreciação do Relatório de Atividades da Junta de Freguesia no 4º Trimestre de 2017**----

Com vista ao esclarecimento de dúvidas, usaram da palavra os deputados Marco Sousa (PS), no que se refere aos valores colocados no relatório de atividades, não sendo possível compará-los com a verba atribuída pela Câmara. Telmo Rodrigues (CDU) tentou ajudar na interpretação do relatório, Aires Rodrigues (+C), Pedro Edra (MPM) alertaram para divergências no nome de algumas ruas apresentadas. Em resposta ao deputado Marco Sousa (PS) a senhora Presidente esclareceu que o relatório de atividades não obriga à colocação de verbas, essas são obrigatórias no relatório de contas, mostrando-se indignada com a questão levantada, informando que nos próximos relatórios já não seriam indicadas as verbas. Victor Santos (CDU) indignado com a questão vem solicitar que a indicação de verbas se mantenha, sendo corroborado pelo Presidente da Assembleia que afirmou que desta forma tudo é mais claro.----

**5 – Informação da situação financeira**-----

A Assembleia tomou conhecimento da atual situação financeira da Junta, informação a cargo da senhora tesoureira. Telmo Rodrigues (CDU) na posse da palavra verifica uma redução de cerca de dez mil euros no saldo de gerência situação que vem confirmar que o orçamento da Junta é insuficiente para as necessidades, devendo pressionar-se a Câmara para o aumento das verbas a disponibilizar. Sobre este assunto, a Presidente da Junta informou a Assembleia de que a Câmara tem uma dívida para com a Junta de cerca de setenta e cinco mil euros relativos à sua responsabilidade com a Orquestra Juvenil.-----

---

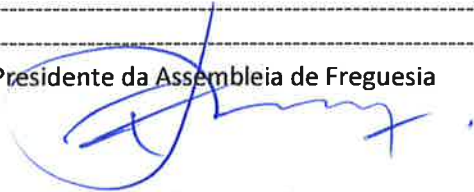
**Outros assuntos**

Na posse da palavra o Presidente da Assembleia questionou a mesma sobre a disponibilidade para a **criação de um grupo de trabalho**, constituído por representantes de todas as forças políticas para *Alterações ao Regimento desta Assembleia*, a serem apresentadas ao órgão deliberativo para aprovação na próxima Assembleia Ordinária. A sugestão foi bem acolhida pelo deputado Sesinando Araújo (BE) e Aires Rodrigues (+C). Assim o grupo de trabalho fica constituído pelos seguintes deputados: Vasco Silva (CDU); Marco Sousa (PS); Esmeraldo Pedreiro (MPM); Sesinando Araújo (BE); Anabela Feliciano (AD-PPD/PSD-MPT) e Aires Rodrigues (+C).

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes, desejando um Bom Ano, e deu a mesma por encerrada às zero horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e dezassete.

---

O Presidente da Assembleia de Freguesia



Esmeraldo Manuel Rosa Pedreiro

O Primeiro Secretário



Célia Morgado

O Segundo Secretário



Alda Fernandes



## **PROPOSTA**

Considerando que:

- i. A Mata Nacional de Leiria representava a maior mancha florestal em território nacional, de propriedade e gestão públicas, com uma área aproximada de 11 mil hectares e uma história que remonta a mais de 700 anos;
- ii. Esta mata nacional foi recentemente vítima de um fogo que se estima ter destruído mais 80% da sua área, tratando-se de uma enorme perda do ponto de vista social, económico, ambiental e histórico, com relevância nacional, mas em especial para o concelho e freguesia da Marinha Grande;
- iii. Iniciaram recentemente os trabalhos de proteção dos recursos hídricos locais do processo de erosão dos solos e arrastamento de cinzas que, além de atrasado, aparenta ser insuficiente, pois tratou-se apenas de uma ação pontual no Ribeiro de São Pedro de Moel;
- iv. Os trabalhos suprarreferidos não podem esperar mais, pois deveriam ter sido executados antes das primeiras chuvas;

O Bloco de Esquerda propõe, em Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, a 28 de Dezembro de 2017, que a Junta de Freguesia:

1. Apele ao ICNF para dar continuidade aos trabalhos realizados no Ribeiro de São Pedro de Moel nas restantes áreas ardidas, onde o risco de erosão e contaminação de águas seja mais elevado;
2. Apele à Câmara Municipal para disponibilizar mais meios operacionais para realização de trabalhos de proteção dos solos e cursos de água, por forma a reforçar os meios do ICNF e concretizar os trabalhos com a maior brevidade;
3. Mostre disponibilidade à Câmara Municipal e ao ICNF para colaborar nos trabalhos de emergência para proteção de solos e cursos de água;

Sesinando Araújo

Membro da Assembleia de Freguesia pelo BE

---



## MOÇÃO

### **“Defender o SAP 24 Horas: Defender a saúde pública”**

Face aos acontecimentos recentes que trouxeram a público o agravamento das condições no SAP 24 Horas, no Centro de Saúde da Marinha Grande e nas suas extensões, considera esta Assembleia de Freguesia imperioso defender este serviço público essencial às populações, contrariando aquela que parece ser a intenção do Ministério da Saúde de encerrar o SAP. Uma intenção comprovada pela actual prática instituída de manter este serviço encerrado às segundas e sextas feiras, entre as 8 e as 20 horas ou pelos vários períodos de tempo em que este esteve sem um único médico de serviço.

Apesar das promessas feitas há cerca de dois anos pela ACES Leiria, subscritas pela Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG), as condições do SAP tem vindo a degradar-se, com prejuízos imensos para os seus utentes. Assim, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida a 28 de Dezembro, exige da Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG) um posicionamento sobre esta situação que tem comprometido a saúde e o bem-estar das populações da freguesia e do concelho.

Certa de que os marinhenses não permitiram o seu encerramento e que desencadearão as acções necessárias para a defesa intransigente deste serviço público, esta Assembleia de Freguesia considera fundamental que a CMMG se pronuncie sobre:

1. As conversações e esforços políticos desenvolvidos junto das entidades competentes para reverter esta situação.
2. O que pretende fazer para, respeitando a vontade popular, defender a continuidade deste serviço, dotando-o de mais e melhores meios, materiais e humanos para servir as populações.

Marinha Grande, 28 de Dezembro de 2017



## Proposta

O MPF - Partido da Terna propõe, em Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, a 28 de Dezembro de 2017, que a Junta de Freguesia apete a não venda da madeira queimada resultante dos incêndios de 15 out 2017, toda a madeira de forma inequívoca, suportando o Estado todo o puguizo inerente.

Anabela Feliciano  
Membro Assembleia JF pelo MPF

28/Dezembro/2017

## Declaração de Voto - Partido Socialista

Ponto 1 - Discussão e votação dos Documentos Provisionais para o ano o ano 2018: Opções do Plano: Proposta do Orçamento e PPI - Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades.

O partido socialista abstêm-se pelos seguintes motivos:

No orçamento da Junta de freguesia a discriminação/informação é insuficiente em grande parte das rubricas. Uma maior discriminação/informação visa a uma maior transparência e rigor dos valores apresentados no orçamento, e dando como exemplo a despesa da rubrica "01.01.07 – pessoal em regime de avença" os valores deviam estar detalhados por tipo de tarefa/avença como acontece no quadro de pessoal em regime de contrato individual de trabalho, sendo um valor elevado e praticamente igual ao valor destinado ao pessoal do quadro (Regime de contrato individual de trabalho), era importante estar detalhado.

Em relação às opções do plano não existe informação referente aos critérios de atribuição dos apoios a entidades nem qual o valor atribuído a cada uma delas.



## MOÇÃO

### “Em defesa do Pinhal de Leiria”

Os fogos florestais trouxeram de novo, neste ano de 2017, a tragédia ao nosso país. Tragédia que teve início a 17 de Junho com os incêndios de Pedrógão Grande e que culminou a 15 e 16 de Outubro, com a catástrofe que retirou aos marinhenses um extenso e rico património natural, o nosso Pinhal.

A dimensão trágica e brutal destes acontecimentos é, pois, consequência de décadas de política de direita do PS, PSD e CDS no mundo rural, na agricultura, na floresta, no abandono do interior. Política assente na desertificação económica e humana de vastos territórios, na liquidação de milhares de explorações agroflorestais, na falta de rentabilidade económica e na desenfreada expansão do eucalipto.

As condições climatéricas deste Verão foram únicas e terão estado na origem imediata da situação dramática que o país viveu e que os marinhenses agora enfrentam. Mas é necessário sublinhar um outro factor que, no caso da nossa Mata, foi determinante: o desinvestimento na limpeza e manutenção do nosso pinhal. Quem o tutela soube dele retirar matérias-primas mas não soube cuidar e salvaguardar a sua continuidade. A apropriação da riqueza natural e material do Pinhal de Leiria foi inversamente proporcional ao investimento com a sua manutenção e preservação.

O que está em causa não é a necessidade de mais legislação, mas antes de garantir o cumprimento da legislação existente e de assegurar os meios técnicos, financeiros e humanos necessários à sua concretização.

Neste quadro adverso não podemos deixar de transmitir o mais profundo reconhecimento a todos os que, nas diversas áreas da protecção civil, designadamente aos bombeiros e às forças de segurança, intervieram e intervêm para minimizar danos e prejuízos. Urge por isso, exigir a manutenção da gestão pública da mata nacional, com mais e melhores meios financeiros,



logísticos e humanos.

Manifestando desde já enorme preocupação quanto à possibilidade de transferência de competências para as autarquias locais ao nível da gestão da floresta, criação de empresa pública para o efeito ou de qualquer outra forma de municipalização ou privatização do Pinhal de Leiria que, pela sua dimensão e importância deve permanecer dentro da tutela da Administração Central. Ainda assim, estamos conscientes de que cabe naturalmente à Autarquia acompanhar este processo de perto. Assim, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida a 28 de Dezembro, exige da Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG) um pronunciamento quanto às seguintes questões:

1. Que medidas foram até ao momento levadas a cabo no sentido de controlar a erosão dos solos nas áreas de risco e o arrastamento de cinzas, por forma a impedir a contaminação do Ribeiro de São Pedro e consequentemente dos lençóis freáticos e dos solos?
2. Que acções de limpeza das linhas de água tiveram lugar até ao presente?
3. Que mecanismos foram desencadeados pela Autarquia para garantir a limpeza e posterior reflorestação do Pinhal de Leiria?
4. No processo de reflorestação, estão a ser tomadas medidas no sentido de acautelar as espécies autóctones do Pinhal de Leiria?
5. Tem a Autarquia conhecimento de algum plano de monitorização da fauna e flora do Pinhal de Leiria?
6. Tem a Autarquia conhecimento de algum projecto de recuperação das “Casas da Mata” e do Parque Florestal do Engenho?
7. Tenciona a Câmara Municipal da Marinha Grande proceder finalmente à criação do Museu da Floresta?
8. Tem a CMMG previstas acções de sensibilização, informação, envolvendo a comunidade escolar em torno da preservação do nosso património natural?



9. Até à data que conversações desencadeou a Autarquia com o Governo Central e respectivos ministérios no sentido que dotar o ICNF dos meios necessários para responder a esta situação?
10. Está assegurado que os valores provenientes da venda de madeira ardida serão inteiramente destinados à reflorestação da Mata Nacional?
11. Que medidas estão a ser tomadas pela Autarquia junto do ICNF para a tão urgente e necessária reparação das estradas de acesso à Mata?

Marinha Grande, 28 de Dezembro de 2017